NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Distribuição: Limitada
E/ECA-EA-SA/ICSOE/2026/6.1p
Novembro de 2026

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
ESCRITÓRIO SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Comité Intergovernamental Conjunto de Altos Funcionários e Peritos da África Oriental e Austral

10 a 13 de Novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Agendas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais — África Oriental

Das visões do desenvolvimento nacional à implementação: promover os ODS e a Agenda 2063 nos países da África Oriental

Nota do Secretariado*

Resumo

Os países da África Oriental prosseguem visões de desenvolvimento nacional que reflectem as suas próprias prioridades, ao mesmo tempo que contribuem para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e para a Agenda 2063. Os planos convergem em capital humano, industrialização, agricultura, resiliência climática, governação, infra-estruturas, comércio e transformação digital, e a experiência dos países oferece pontos fortes práticos, incluindo a continuidade institucional e a monitorização no Ruanda, a divulgação dos custos e do financiamento dos planos no Uganda, as revisões anuais e locais no Quénia e o progresso estatístico na Somália. Quatro lacunas dificultam a implementação, nomeadamente: mapeamento deficiente entre as prioridades nacionais e as duas agendas; coordenação institucional e nacional e local fragmentada; estratégias de financiamento que dependem de receitas, investimentos ou apoios externos incertos; e dados incompletos, inconsistentes e insuficientemente desagregados. Estas lacunas são mais relevantes nas áreas da energia, das cidades, dos ecossistemas, da resiliência climática e da sustentabilidade da dívida, onde as tendências regionais são fracas. A nota convida os Estados-Membros a reforçarem as ligações entre prioridades, orçamentos e resultados mensuráveis e a institucionalizarem uma revisão nacional de implementação anual ou bienal, apoiada pelo Kit de Ferramentas de Planeamento e Relatórios Integrados da ECA e pela aprendizagem voluntária entre pares.

* A presente nota resume a versão preliminar do documento de 4 de novembro de 2026, elaborada para o ICSOE Conjunto, que contém as tabelas e gráficos anexos e a lista completa de fontes.

Introdução

1. Os Estados-membros da União Africana estão a prosseguir visões nacionais de desenvolvimento a longo prazo, implementando simultaneamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063. Esta nota resume um documento preparado para a Sessão Conjunta do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) para a África Oriental e Austral, sobre a forma como os países da África Oriental traduzem as suas visões nacionais de desenvolvimento em ações concretas, em paralelo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063. Abrange os 14 países da sub-região.[1]Questiona-se como estão a ser implementadas as visões, que constrangimentos impedem a sua concretização e que medidas poderão ajudar a acelerar as metas nacionais de desenvolvimento, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063 em conjunto.

2. O principal desafio não é se as estruturas partilham aspirações amplas, mas sim se as prioridades nacionais, as instituições, os sistemas de financiamento e os mecanismos de responsabilização conseguem transformá-las em resultados mensuráveis. Pesquisas realizadas em todo o continente mostram que apenas cerca de 6% das metas mensuráveis dos ODS estão a ser alcançadas e que o investimento na indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9) traz os maiores ganhos para os restantes objetivos, especialmente onde a governação é mais robusta.[2]As avaliações globais apontam no mesmo sentido, sendo que na África Oriental apenas sete dos 234 indicadores estão dentro do esperado.[3]

3. O panorama regional é misto. Os planos enfatizam geralmente o capital humano, a industrialização, a agricultura, a resiliência climática, a governação e a transformação digital, mas a implementação ocorre no meio de restrições fiscais, vulnerabilidade à dívida, choques climáticos, conflitos, capacidade administrativa desigual e grandes lacunas de dados.[4]O desempenho varia bastante, com o Quénia a liderar o grupo no Índice ODS 2026 com 65,6 pontos e o Sudão do Sul com 39,9 pontos.[5]A experiência na Tanzânia sugere que o atraso na implementação é menos causado pelos próprios planos do que por responsabilidades pouco claras, coordenação deficiente e dados limitados.[6]

4. Este artigo consiste numa análise documental de planos nacionais de desenvolvimento e resumos oficiais, Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) recentes, o Índice ODS 2026, avaliações da Comissão Europeia sobre o progresso em direção às metas de 2030 e o Relatório de Desenvolvimento Sustentável da África 2026. Considera os planos como declarações de intenções políticas e compara-os com os resultados relatados, os mecanismos de financiamento e as evidências de implementação. A análise assenta em cinco dimensões: visão nacional, coerência política e ligações às duas agendas, mecanismos institucionais, financiamento e recursos, e implementação e resultados. Não classifica os países nem pressupõe que partilhem uma trajetória comum.

5. As conclusões são limitadas pelas diferenças na disponibilidade, abrangência, datas de publicação e definições dos documentos oficiais analisados, sendo que alguns países e dimensões estão documentados de forma mais completa do que outros. Refletem o nível de detalhe das evidências disponíveis e não constituem uma avaliação abrangente de cada país.

6. Esta nota segue a estrutura do documento. O Capítulo I examina as visões nacionais e o alinhamento das políticas; o Capítulo II, a transição da ambição para a implementação através das instituições, do financiamento, da monitorização e do contexto nacional; e o Capítulo III, os desafios comuns e as oportunidades

[1]A classificação segue a cobertura do Gabinete Sub-Regional da CEA para a África Oriental e pode diferir de outras classificações de países. Todos os 14 países apresentaram pelo menos uma Revisão Nacional Voluntária, embora Madagáscar não tenha comunicado desde 2021, a revisão de 2024 da Eritreia tenha abrangido apenas três objectivos e a revisão de 2026 da Tanzânia esteja aqui documentada apenas através da cobertura da imprensa.

[2]Li e outros (2026) analisam os indicadores dos ODS para 41 países africanos utilizando a análise de redes e causalidade de Granger. A amostra abrange todo o continente e não apenas a África Oriental.

[3]O Relatório dos ODS 2026 indica que 36% das 139 metas com dados de tendência estão no bom caminho ou a avançar moderadamente, 49% estão a avançar muito lentamente e 15% estão abaixo dos níveis de 2015, enquanto o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2026 projecta que apenas 16% das metas serão atingidas até 2030. Sete dos 234 indicadores estão no bom caminho na África Oriental.

[4]O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de África de 2026 estima a receita fiscal média em cerca de 16% do PIB em África e contabiliza mais de 20 países africanos com elevado risco de sobreendividamento ou que já se encontram nesta situação. A Etiópia (9,2% do PIB) e o Uganda (14,5%) estão abaixo da média africana.

[5]A diferença de 25,8 pontos percentuais na região supera a diferença de 14,5 pontos percentuais entre a média regional (53,6) e a média mundial (68,1). As Seychelles não estão classificadas, pelo que os números abrangem 13 dos 14 países.

[6]Jönsson e Bexell (2021), com base numa revisão de documentos e 28 entrevistas realizadas entre 2017 e 2019, verificaram progressos no alinhamento de políticas, estatísticas e sensibilização, mas a implementação foi prejudicada pela alocação pouco clara de responsabilidades, coordenação insuficiente, elevada rotatividade em cargos-chave, dados limitados e recursos escassos.

de aprendizagem. O Capítulo IV apresenta recomendações para consideração pelos Estados-Membros, e o Capítulo V oferece as conclusões. As tabelas e gráficos anexos encontram-se no documento completo.

EU. Visões nacionais de desenvolvimento e alinhamento de políticas

7. Os países encontram-se em diferentes fases dos seus ciclos de planeamento, mas a maioria dos planos actuais faz parte de visões nacionais de longo prazo (quadro 1). O Quarto Plano de Médio Prazo do Quénia completa o período abrangido pela Visão 2030; o Djibuti trabalha no sentido da Visão 2035; o Burundi e o Uganda em direcção à Visão 2040; a República Democrática do Congo (RDC), o Ruanda e a Tanzânia em direção a 2050; e a Somália em direcção a 2060, enquanto as Seychelles utilizam a Visão 2033 e o plano decenal da Etiópia estende-se até 2030.[7]Estes horizontes oferecem aos governos um quadro nacional para adaptar os compromissos globais e continentais às prioridades internas.

Tabela 1
Planos nacionais de desenvolvimento em vigor na África Oriental

País	Plano e período atuais	Principais prioridades e objetivos
Burundi	Plano Nacional de Desenvolvimento 2018–2027 (revisto)	Economia emergente até 2040; transformação estrutural com enfoque no meio rural.
Comores	Plano Comores Emergente 2030	Emergência até 2030; economia azul; energias renováveis a 40% da capacidade
RDC	Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico 2024–2028	Um passo para a Visão 2050; custo aproximado de 94 mil milhões de dólares
Djibuti	Plano Nacional de Desenvolvimento 2025–2030	Crescimento de 9% ao ano; pelo menos 10.000 empregos dignos por ano; pobreza abaixo dos 30%.
Eritreia	Não há sucessor publicado para o plano de 2014–2018.	Autossuficiência e crescimento interno
Etiópia	Plano de Desenvolvimento com Perspetiva a Dez Anos 2021–2030	Mudança impulsionada pela indústria; o setor da indústria transformadora passou de 6,9% para 17,2% do PIB.
Quênia	Quarto Plano de Médio Prazo 2023–2027	Agenda de Transformação Económica de Baixo Crescimento; crescimento de 4,8% para 7,2%
Madagáscar	Plano de Emergência Madagáscar 2023–2038	Capital humano, crescimento acelerado, ambiente; autossuficiência alimentar
Ruanda	Estratégia Nacional para a Transformação 2024–2029	Crescimento de, pelo menos, 9,3% ao ano; exportações de 3,5 mil milhões de dólares para 7,3 mil milhões de dólares.
Seicheles	Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2024–2028	Seis prioridades, incluindo uma economia transformadora e a resiliência climática.
Somália	Plano Nacional de Transformação 2025–2029	Quatro pilares: governação, economia, capital humano e resiliência climática.
Sudão do Sul	Plano de Desenvolvimento do Sudão do Sul 2026–2036	Paz, empregos, serviços, menos dependência do petróleo.
Tanzânia	Quarto Plano Quinquenal de Desenvolvimento 2026/27–2030/31	Crescimento real de 10,5% e rendimento per capita de 1.638 dólares até 2030/31.
Uganda	Quarto Plano Nacional de Desenvolvimento 2025/26–2029/30	Industrialização e agregação de valor; crescimento atingindo os 10,13%; 885.000 empregos por ano.

Fonte: ECA, com base nos documentos de planeamento de cada país.

8. Os planos convergem para um núcleo reconhecível de prioridades, nomeadamente capital humano, industrialização e agregação de valor, agricultura e segurança alimentar, resiliência climática, governação, infraestruturas, comércio e transformação digital, embora a ênfase e a sequência variem consoante a estrutura económica de cada país. O fio condutor é uma mudança da produção bruta para a produtividade e a agregação de valor, que vários planos ancoram em metas quantificadas, como o objectivo da Etiópia de elevar a participação da indústria transformadora de 6,9% para 17,2% do PIB até 2030 e o do Ruanda de aumentar as exportações de 3,5 mil milhões de dólares para 7,3 mil milhões de dólares. As metas de crescimento são ambiciosas: pelo menos 9,3%

[7]A Eritreia não tem um plano sucessor publicado para o período 2014-2018, pelo que foram identificados 13 planos. Seis deles terminam antes de 2030 (Burundi, Quénia, República Democrática do Congo, Seicheles, Ruanda e Somália), enquanto os de Madagáscar e do Sudão do Sul se estendem até 2038 e 2036, respetivamente.

ao ano no Ruanda, 10,5% até 2030/31 na Tanzânia, 10,13% no Uganda e uma média de 9% ao ano no Djibuti. Vários planos associam-nas a objectivos de emprego, como o de 885.000 empregos por ano no Uganda. O comércio e a transformação digital estão frequentemente interligados, com a logística, a modernização aduaneira e as competências digitais a serem tratadas como vias comuns para a competitividade, como no Djibuti, onde o tráfego de contentores aumentou de 0,92 milhões em 2019 para 1,32 milhões em 2024.

9. A agricultura surge em planos com abordagens bastante distintas, desde um capítulo dedicado no Burundi ao objectivo de Madagáscar de alcançar a auto-suficiência em arroz e às metas da Etiópia para um crescimento agrícola anual de 5,5% a 6,2%. O capital humano é a área em que as metas são mais frequentemente quantificadas. A divergência reside menos naquilo que os planos valorizam do que onde começam. A indústria lidera na Etiópia e no Uganda, a transformação rural no Burundi, e a economia azul e o ambiente nas economias insulares das Seychelles e das Comores, enquanto a governação está em primeiro lugar na Somália e a consolidação da paz no Sudão do Sul. A energia apresenta a mesma desigualdade, dado que poucos planos estabelecem metas para o setor, entre eles o objetivo da Etiópia de 96% de ligação à rede elétrica até 2030, a meta das Comores de 40% de capacidade renovável e o plano da Somália de reduzir as tarifas de eletricidade para metade.

10. Vários governos afirmam que os seus planos estão alinhados com os ODS e com a Agenda 2063, entre eles o Quénia, as Seicheles, o Sudão do Sul e o Uganda, sendo que as Seicheles referem que as suas seis prioridades nacionais abrangem todos os 17 objectivos. No entanto, o alinhamento é frequentemente afirmado em vez de demonstrado. Poucos planos publicam um mapeamento transparente dos objectivos e orçamentos nacionais com as metas específicas dos ODS e os objectivos da Agenda 2063.[8]Os planos e os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) também utilizam linguagens de relatório diferentes: os planos centram-se no crescimento, nos empregos, nas exportações e nos projectos, enquanto as revisões se centram nos indicadores dos ODS e na proporção de objectivos que estão a progredir ou a regredir. Isto dificulta o rastreio de como uma prioridade contribui para uma meta, quanto financiamento a apoia e se a implementação produz o resultado pretendido.

11. A adequação temática é também desigual. O capital humano recebe grande atenção e coincide com áreas de progresso regional, incluindo a mortalidade infantil (menores de cinco anos), a igualdade na educação e a imunização (quadro 2).[9]Em contrapartida, a energia, as cidades sustentáveis, os ecossistemas e a sustentabilidade da dívida são frequentemente tratados como questões facilitadoras, em vez de prioridades quantificadas, embora as evidências regionais mostrem reversões acentuadas nestas áreas.[10]O alinhamento deve, por isso, ser avaliado pela presença de metas, financiamento, participação institucional e indicadores mensuráveis num tema, e não apenas pela sua inclusão num plano.

Tabela 2
Os indicadores dos ODS estão no bom caminho em África e na África Oriental.

Indicador (meta)	África	África Oriental
Prevalência de malnutrição (2.2.2)	Na pista	Não está nos carris
Mortalidade em crianças com menos de cinco anos (3.2.1)	Na pista	Na pista
Infeções por VIH (3.3.1)	Na pista	Não está nos carris
Hepatite B (3.3.4)	Não está nos carris	Na pista
Índices de desigualdade para os indicadores de educação (4.5.1)	Na pista	Na pista
População coberta por uma rede móvel (9.c.1)	Na pista	Não está nos carris
Áreas marinhas protegidas (14.5.1)	Na pista	Na pista
Despesas do governo relacionadas com o orçamento aprovado (16.6.1)	Na pista	Na pista
Representatividade da população nas instituições públicas (16.7.1)	Na pista	Na pista

[8]O terceiro plano do Uganda é apresentado como estando mais de 95% alinhado com os ODS, contra 70% do segundo, sem que seja especificado como foi medido o alinhamento (Revisão Nacional Voluntária de 2024).

[9]A mortalidade infantil em crianças com menos de cinco anos e a desigualdade educacional estão dentro da tendência tanto na África Oriental como na África como um todo, enquanto a hepatite B está dentro da tendência na África Oriental, mas não no continente africano. A queda da mortalidade infantil está ligada a uma maior cobertura vacinal, ao parto assistido por profissionais qualificados e à atuação dos agentes comunitários de saúde (UNICEF, 2024).

[10]A avaliação da ECA regista retrocessos nos ODS 7, 8, 11, 13 e 15 na África Oriental, embora a experiência de cada país varie. Na Etiópia, por exemplo, a versão preliminar do Pacto Nacional de Energia estima o acesso à eletricidade entre 44% e 47% em 2018, com mais de 60 milhões de pessoas sem acesso ao serviço. O serviço da dívida, os subsídios aos combustíveis fósseis e as perdas económicas resultantes de catástrofes estão entre os indicadores que deverão distanciar-se mais das metas para 2030.

Indicador (meta)	África	África Oriental
Compromisso com as parcerias público-privadas e da sociedade civil (17.17.1)	Não está nos carris	Na pista
Recursos disponibilizados para reforçar a capacidade estatística (17.19.1)	Na pista	Não está nos carris

Fonte: ECA, com base no SDG Progress 2025, ECA Stats. Sete dos 234 indicadores estão dentro do previsto na África Oriental. As classificações regionais baseiam-se em dados agregados e não mostram quais os países que impulsionam um determinado resultado, como no caso da cobertura da rede móvel.

II. Das ambições de desenvolvimento à implementação.

UM. Capacidade institucional

12. A capacidade de implementação varia substancialmente. O Ruanda demonstra como a continuidade institucional, a monitorização e a mobilização de investimentos podem gerar resultados mensuráveis; O Uganda estabeleceu um Secretariado dos ODS e trabalha através de estruturas de planeamento nacionais; e o Quénia combina relatórios nacionais com avaliações anuais.Relatórios de progresso e revisões locais voluntárias emergentes a nível do condado (quadro 1).[11]Em contextos afetados por conflitos, incluindo a República Democrática do Congo, a Somália e o Sudão do Sul, as instituições devem implementar planos e, ao mesmo tempo, responder à insegurança, à deslocação, às necessidades humanitárias e aos impactos climáticos.

13. Os mecanismos são mais eficazes quando a responsabilidade é clara entre os ministérios, os governos central e local, os institutos de estatística e as autoridades financeiras. São mais frágeis quando a coordenação é improvisada, os intervenientes locais têm autoridade ou recursos limitados e a implementação depende de projectos que não estão inseridos nos orçamentos regulares e nos sistemas de avaliação de desempenho.

Tabela 1
Experiências em países que oferecem lições para a aprendizagem voluntária

O Ruanda ilustra o valor da continuidade institucional, da monitorização e da mobilização de investimentos. O país registou um crescimento de 9,4% em 2025, ligeiramente acima da média anual de 9,3% prevista na sua segunda Estratégia Nacional de Transformação, e a pobreza desceu de 39,8% em 2017 para 27,4% em 2024, embora ambos os números sejam declarações do governo e um único ano não seja estritamente comparável à média de um período de planeamento.

O Uganda oferece lições sobre como calcular o custo de um plano, publicar a distribuição do financiamento e expandir a cobertura de dados, com os indicadores para os quais existem dados disponíveis a aumentar de 41 em 2016 para 135 em 2024. O Quénia oferece experiência com relatórios anuais de progresso e Revisões Locais Voluntárias. A Somália mostra que a cobertura estatística pode melhorar rapidamente num contexto afetado por conflitos, aumentando de cerca de 39% em 2022 para cerca de 70% em 2026. As Seychelles e as Comores têm experiência em ligar o planeamento à resiliência climática, à economia azul e ao financiamento integrado. A aprendizagem deve concentrar-se em funções transferíveis e não em rótulos institucionais.

*Fonte:*A ECA, com base nas Revisões Nacionais Voluntárias e nos documentos de planeamento dos países em causa.

B. Financiamento das prioridades de desenvolvimento

14. Os modelos de financiamento diferem bastante (quadro 3). O plano do Uganda está orçado em cerca de 594 biliões de xelins ugandeses, sendo que 69,6% são provenientes do sector público.[12]A Tanzânia espera que o sector privado supra cerca de 70% das necessidades de investimento, enquanto os recursos internos da República Democrática do Congo, segundo os relatórios, apenas cobrem uma pequena parte dos custos.[13]E o plano do Djibuti, que custa 1,215,6 mil milhões de FDJ, tem cerca de 42%, ou 511,6 mil milhões de FDJ, sem financiamento identificado. Estas estruturas expõem diferentes dependências, nomeadamente o esforço fiscal e a sustentabilidade

[11]Os condados do Quénia começaram a preparar Revisões Locais Voluntárias e o Uganda comprometeu-se a implementar as metas através do seu Modelo de Desenvolvimento Paroquial. Ambos são compromissos ou trabalhos em curso, pelo que o seu efeito nos resultados ainda tem de ser avaliado.

[12]O quarto plano do Uganda prevê um aumento da receita de 14,5% para 18,7% do PIB e da dívida pública de 46,9% para 52,5% até ao ano fiscal de 2029/30, após a receita ter ficado em média em 13,7% do PIB desde o ano fiscal de 2021/22. Uma estrutura liderada pelo sector público depende, portanto, em grande parte da cobrança de impostos.

[13]Os números referentes à RDC provêm de uma notícia sobre uma declaração ministerial de outubro de 2024 e não do documento do plano. Sugerem que os recursos internos, por si só, deixam 80% do custo por financiar.

da dívida em modelos liderados pelo sector público, a confiança dos investidores em modelos liderados pelo sector privado e o apoio externo cujas fontes não são especificadas.

Tabela 3

Financiamento previsto dos planos nacionais selecionados

País	Custo do plano	Fontes esperadas (percentagem)
Uganda	UGX 594 triliões	Setor público 69,6; setor privado 30,4
Tanzânia	477,7 triliões de xelins tanzanianos (183 mil milhões de dólares)	Setor privado 70; governo central e local 22; empresas públicas 8
RDC	US$ 94 mil milhões	Recursos internos 20; recursos internos e parceiros 38
Djibuti	FDJ 1.215,6 mil milhões	Défice de financiamento de cerca de 42

Fonte: ECA, com base nos documentos de planeamento do Uganda, Tanzânia e Djibuti e numa declaração ministerial referente à RDC.

15. O ambiente de financiamento está a tornar-se mais difícil. A ajuda oficial ao desenvolvimento caiu 23,1% em termos reais em 2025, a maior queda anual alguma vez registada, o serviço da dívida está entre os indicadores com pior desempenho na região e a receita fiscal continua baixa em relação às necessidades de financiamento.[14]Os planos pressupõem frequentemente um crescimento mais rápido, receitas mais elevadas, investimentos privados mais robustos ou apoio contínuo dos parceiros, sem especificar as reformas e os mecanismos de partilha de riscos necessários para os garantir. Os quadros nacionais de financiamento integrados podem ligar objectivos, orçamentos, financiamento privado e apoio externo, desde que sejam operacionais e não exercícios isolados.

C. Implementação, monitorização e resultados

16. A abrangência dos dados determina o que os governos podem gerir e o que os cidadãos podem fiscalizar. O Uganda aumentou o número de indicadores dos ODS com dados disponíveis de 41 em 2016 para 135 em 2024, e a Somália aumentou a cobertura de cerca de 39% em 2022 para cerca de 70% em 2026, o que demonstra que a capacidade estatística pode melhorar substancialmente entre os ciclos de revisão.[15]Grandes lacunas persistem. Uma avaliação da sociedade civil no Burundi estimou que 35% das metas não puderam ser avaliadas, e o Quénia reportou dados para apenas cerca de 68% dos indicadores que monitoriza.

17. Os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) são instrumentos úteis de responsabilização, mas diferem nos métodos, nas definições e no âmbito. Resultados recentes (quadro 4) mostram a variedade de experiências, desde as quedas relatadas na pobreza no Ruanda e na Somália até ao aumento da pobreza e da insegurança alimentar no Quénia e à grave privação no Sudão do Sul.[16]Sistemas mais robustos ligariam os indicadores do plano nacional, os quadros de desempenho sectorial, os orçamentos, os indicadores dos ODS e as medidas da Agenda 2063 numa única cadeia de resultados. As revisões nacionais anuais de implementação poderiam então complementar os Relatórios Nacionais Voluntários periódicos e proporcionar um fórum regular para o governo, o parlamento, as autoridades locais, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento examinarem a execução dos resultados.

Tabela 4

Resultados selecionados reportados em Revisões Nacionais Voluntárias recentes.

Revisão	O que relata
Burundi 2026	49% das metas melhoraram desde 2015 e 16% pioraram ou estagnaram; a sociedade civil estima que 35% não podem ser avaliadas por falta de dados.
RDC 2026	14,8% das metas estão dentro do previsto e mais de um terço está em retrocesso; a insegurança no leste e um surto de Ébola estão a atrasar o progresso.

[14]Os dados preliminares da OCDE mostram que a ajuda oficial ao desenvolvimento irá descer de 215,1 mil milhões de dólares para 174,3 mil milhões de dólares em 2025 (OCDE, Abril de 2026).

[15]Ambos os ganhos são reportados pelos governos em causa, e a cobertura dos indicadores mede a disponibilidade de dados e não o progresso que esses dados demonstram. A participação do Quénia decorre de dados referentes a 168 dos 248 indicadores (Instituto Nacional de Estatística do Quénia, 2024), que acrescenta que as fontes administrativas fornecem cerca de 65% dos dados dos ODS.

[16]O Uganda apresenta os seus dados em três faixas, pelo que os seus 26,1% de metas cumpridas e 54,2% com progresso limitado não podem ser diretamente comparados com os 36% e 49% globais, respetivamente. Os anos de referência e as linhas de pobreza nacionais variam entre países, pelo que os números indicam uma direcção, e não a magnitude. A estimativa de lacunas de dados para o Burundi provém de uma declaração da sociedade civil sobre a revisão de 2026, e as análises posteriores sobre a insegurança alimentar na Somália apontam para um cenário ainda mais grave, com 6,5 milhões de pessoas na Fase 3 ou superior do IPC em Fevereiro e Março de 2026 (UNICEF).

Revisão	O que relata
Ruanda 2026	A pobreza diminuiu de 39,8% (2017) para 27,4% (2024); o desemprego jovem desceu de 22,7% (2023) para 19,8% (2025); a cobertura 4G abrange 99% da população.
Somália 2026	A pobreza diminuiu de 69,0% (2017) para 54,4% (2022); a subnutrição diminuiu de 56% para 33%; mas 4,8 milhões de pessoas estão na Fase 3 ou superior do Plano Integrado de Cuidados (IPC) em janeiro de 2026 e o plano humanitário de 2025 está financiado em 20,2%.
Etiópia 2025	O crescimento médio foi de 7,6% entre 2016/17 e 2023/24; o programa de assistência social apoia 9,7 milhões de pessoas; as importações de trigo foram substituídas em 2021/22; o financiamento para adaptação é a principal carência apontada.
Uganda 2024	26,1% das metas estão dentro do cronograma, 54,2% apresentam progressos limitados e 19,7% estão estagnadas; o número de indicadores com dados disponíveis aumentou de 41 em 2016 para 135.
Quénia 2024	Dos 168 indicadores, 60% estão a progredir, 12% estagnados, 17% a regredir e 11% não avaliáveis; não está prevista nenhuma meta para 2030; a pobreza aumentou de 33,6% (2019) para 39,8% (2022) e a insegurança alimentar grave de 17,0% para 30,5%.
Sudão do Sul 2024	80% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 86% sofre de pobreza multidimensional (índice preliminar de 2024); 7,1 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar e 2,8 milhões de crianças estão fora da escola.

Fonte: ECA, com base nas principais mensagens e declarações de cada avaliação e numa declaração da sociedade civil para a RDC. As definições e os anos de referência diferem entre avaliações, pelo que os números não são diretamente comparáveis.

D. Contexto do país e percursos diferenciados

18. Uma única trajetória regional obscureceria diferenças importantes. O Ruanda combina metas ambiciosas com instituições relativamente fortes e registou progressos em crescimento, redução da pobreza e conectividade. O Quénia lidera a região no Índice de ODS, mas reporta um aumento da pobreza de 33,6% em 2019 para 39,8% em 2022 e nenhuma meta prevista para 2030, pelo que o desempenho agregado não produz automaticamente ganhos de bem-estar alargados. A Somália mantém-se em posições baixas nos rankings internacionais, mas melhorou os indicadores de pobreza, a gestão da dívida e a cobertura estatística, mesmo com a seca, a insegurança alimentar e as necessidades humanitárias subfinanciadas, incluindo 4,8 milhões de pessoas na Fase 3 ou superior do IPC em Janeiro de 2026, que ameaçam estes avanços.

19. Os Estados afectados por conflitos necessitam de modelos que integrem a consolidação da paz, a acção humanitária, a resiliência climática e a prestação de serviços básicos. Os pequenos Estados insulares e costeiros necessitam de uma maior ênfase no financiamento climático.A economia azul e a vulnerabilidade externa, bem como economias mais diversificadas, podem concentrar-se na produtividade, no emprego, na agregação de valor e na reforma fiscal. A diferenciação deve, por isso, orientar a sequência das políticas, os instrumentos de financiamento, o apoio técnico e os indicadores utilizados para avaliar o progresso.

III. Desafios comuns e oportunidades de aprendizagem

20. Quatro lacunas dificultam a implementação de políticas em toda a região. A primeira diz respeito à coerência das políticas. Os planos não mapeiam de forma consistente os objectivos, programas e orçamentos, e as metas de crescimento, emprego e exportação são frequentemente apresentadas sem uma cadeia de resultados que demonstre os seus efeitos na pobreza, na desigualdade e na resiliência. As áreas prioritárias com tendências de agravamento, nomeadamente a energia, as cidades, os ecossistemas, a resiliência climática e a sustentabilidade da dívida, carecem frequentemente de metas quantificadas, e vários planos actuais terminam antes de 2030 e necessitarão de transições robustas para planos sucessores.

21. A segunda lacuna é institucional. As responsabilidades estão fragmentadas entre planeamento, finanças, ministérios sectoriais, institutos de estatística e governos subnacionais, e as autoridades locais e os actores não estatais não estão consistentemente envolvidos na implementação e monitorização. A capacidade é mais frágil onde os conflitos, as deslocações, os choques climáticos e as pressões humanitárias competem com as prioridades a longo prazo, e as revisões periódicas nem sempre estão ligadas à execução orçamental, à gestão dos investimentos públicos e à prestação de contas do desempenho.

22. A terceira lacuna reside no financiamento. Os planos orçamentais baseiam-se frequentemente em pressupostos optimistas sobre o crescimento, as receitas, o investimento privado ou o apoio externo. Grandes parcelas permanecem por identificar em alguns países, enquanto outros atribuem responsabilidades importantes ao sector público ou privado sem uma análise de risco suficiente, e o financiamento não está consistentemente

ligado aos ODS e aos resultados da Agenda 2063, o que limita a prestação de contas sobre a forma como os recursos apoiam as prioridades declaradas.

23. A quarta lacuna diz respeito às evidências. A cobertura dos indicadores é incompleta e desigual, e os planos, os Relatórios Nacionais Voluntários (RNVs) e os sistemas regionais de reporte utilizam indicadores, linhas de base e períodos de reporte diferentes. Os resultados autodeclarados nem sempre são validados de forma independente ou desagregados por localização, sexo, idade, deficiência e rendimento, e a escassez de dados subnacionais dificulta a identificação de quem beneficia da implementação e onde o progresso está atrasado.

24. A diversidade de abordagens, contudo, cria oportunidades práticas para a aprendizagem voluntária, sem implicar que um modelo deva ser copiado integralmente. A aprendizagem é mais útil quando se centra nas funções transferíveis, nomeadamente, no alinhamento das prioridades nacionais com as agendas, na avaliação dos custos e no financiamento dos resultados, na atribuição de responsabilidades, na produção de dados atempados, no envolvimento do governo local e da sociedade civil e na realização de avaliações regulares da implementação. A troca de experiências entre pares funciona melhor quando é voluntária, focada na resolução de problemas e seguida de adaptação a cargo do país.

IV. Recomendações

25. Os Estados-Membros poderão querer considerar o seguinte, tendo em conta os seus diferentes contextos e prioridades:

(um) Ligar o planeamento ao financiamento: desenvolver estratégias abrangentes de custos e financiamento realistas que distingam receitas públicas, empréstimos, investimento privado, parcerias público-privadas e financiamento externo; ligar os recursos constantes dos quadros de despesas a médio prazo e dos orçamentos anuais aos resultados nacionais, às metas dos ODS e às prioridades da Agenda 2063; e testar os pressupostos de financiamento em relação a um crescimento mais lento, maior serviço da dívida, choques climáticos e menor ajuda;

(b) Melhorar a coordenação e a prestação de contas institucionais: estabelecer uma liderança clara para a implementação, mantendo a responsabilidade conjunta entre os ministérios do planeamento e das finanças, as instituições sectoriais, os institutos nacionais de estatística e as autoridades subnacionais; orientar a supervisão do gabinete e do parlamento através de um quadro de desempenho comum; e envolver a sociedade civil, o sector privado, a academia e as comunidades locais na monitorização, com mecanismos claros de feedback e resposta;

(c) Reforçar os sistemas de dados e de monitorização: harmonizar os indicadores utilizados nos planos nacionais, orçamentos, Relatórios Nacionais Voluntários e relatórios da Agenda 2063; investir em dados administrativos, censos, inquéritos e sistemas geoespaciais; aumentar a desagregação; financiar a capacidade estatística com recursos dos orçamentos nacionais e também com o apoio de parceiros; e utilizar painéis de dados públicos para melhorar a pontualidade e a transparência;

(d) Adaptar o apoio à implementação às circunstâncias nacionais, incluindo a exposição a conflitos, o espaço fiscal, a maturidade institucional, a estrutura económica, a exposição climática e a capacidade de dados, através de abordagens integradas de paz, ajuda humanitária e desenvolvimento em países afetados por conflitos, um maior acesso ao financiamento climático e a instrumentos de gestão de riscos para pequenos Estados insulares e vulneráveis às alterações climáticas, e reformas de produtividade, mobilização de recursos internos e mecanismos para atrair investimento privado responsável onde os sistemas são mais robustos;

(e) Promover a aprendizagem voluntária em matéria de políticas: a CEA, em colaboração com a Comissão da União Africana e outras instituições regionais, poderia facilitar as trocas de conhecimentos entre pares sobre a elaboração de planos de custos, os quadros de financiamento, as revisões subnacionais, a integração de dados e os relatórios de desempenho, documentando as condições facilitadoras, os custos e as limitações de cada prática, de forma a apoiar a adaptação e não a replicação;

(f) Institucionalizar uma revisão nacional de implementação, realizada anualmente ou de dois em dois anos, que reúna o progresso dos planos nacionais, os ODS e a Agenda 2063 e avalie

os compromissos políticos, a execução orçamental, os marcos de entrega, os indicadores de resultados, os efeitos distributivos, os riscos e as ações corretivas, com conclusões que informem o próximo ciclo orçamental e de planeamento, contribuam para os Relatórios Nacionais Voluntários e para os relatórios continentais e sejam tornadas públicas; e

(g) Reforçar a ligação entre as visões nacionais, os ODS e a Agenda 2063 através da publicação de uma matriz de alinhamento que ligue os resultados da visão, os programas do plano e os projetos emblemáticos a metas e objetivos específicos, e que identifique indicadores, linhas de base, marcos, instituições responsáveis e fontes de financiamento, a incorporar nos planos subsequentes, com o apoio do Conjunto de Ferramentas de Planeamento e Relatórios Integrados da CEA para mapeamento, monitorização e relatórios integrados.

V. Conclusões

26.º Os Estados-Membros estão a traduzir as suas visões nacionais em implementação através de planos de médio prazo, programas sectoriais, estratégias de financiamento e mecanismos de revisão, mas a força desta ligação varia. O alinhamento político geral é comum, enquanto o alinhamento operacional através de metas orçamentais, orçamentos, instituições e indicadores comparáveis não o é. Os resultados dependem fortemente da capacidade institucional, do espaço orçamental, dos sistemas de dados e da exposição a conflitos e choques climáticos.

27. As evidências regionais apontam tanto para a urgência como para a possibilidade. Os resultados em capital humano e a abrangência estatística demonstram que o investimento contínuo pode gerar progresso, enquanto as retrações nos indicadores de energia, cidades, ecossistemas e dívida mostram onde a atenção política é insuficiente. A resposta mais útil não é um modelo regional uniforme nem uma coleção de iniciativas nacionais desconexas, mas antes uma arquitetura de implementação própria de cada país que ligue as visões a compromissos continentais e globais, ligue os planos ao financiamento, atribua responsabilidades, produza provas fiáveis e apoie correções regulares.

28. Um quadro nacional de revisão da implementação, reforçado pela aprendizagem voluntária entre pares, tornaria esta arquitectura viável. Permitiria aos Estados-Membros verificar se as ambições estão a ser financiadas, se as instituições estão a cumprir os seus objectivos, se o progresso é inclusivo e o que é necessário alterar antes do próximo ciclo de planeamento e orçamento, reforçando a implementação até 2030 e, ao mesmo tempo, construindo as instituições necessárias para fazer avançar a Agenda 2063 a longo prazo.